

## “MENINOS VESTEM AZUL E MENINAS VESTEM ROSA”: OS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO E SUAS (IN)VISIBILIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

**Ádrian Henrique Ferreira Barboza**

*Graduada do Curso de Letras Vernáculas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, adrianhenrique1920@gmail.com;*

### Resumo

A escola é considerada como a instituição social responsável pela “educação formal” dos indivíduos, além das construções de comportamentos e valores designados a estes. Contudo, (des) construções em torno desta e de outras temáticas – principalmente ligadas à sexualidade – ainda aparentam estar estanques no contexto escolar, corroborando para que crianças, adolescentes e jovens propagam estereótipos e preconceitos já tão intrínsecos na sociedade. Além disso, o sistema patriarcal da cisheteronormatividade impõe às crianças os comportamentos que estas devem se ater para ser aceitas neste espaço. Como caminhos metodológicos, espera-se utilizar a abordagem qualitativa de pesquisa, com cunho entográfico. Através da fala proferida pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, espera-se confirmar, futuramente, através desta proposta de trabalho, que visões de mundo das principais referências das crianças (pais/responsáveis e professores) impactam nas concepções que as crianças irão construir acerca do mundo onde vivem, dando possibilidade para que tenham senso crítico no seu cotidiano ou que sejam meros reprodutores de discursos baseados em comportamentos conservadores.

**Palavras-chave:** Escola; papéis sociais de gênero; sexualidade; sala de aula.

## Introdução

**É** notório que com o advento de muitos recursos tecnológicos como a internet, por exemplo, as informações chegam a nós em questão de segundos. Contudo, apesar de tais recursos aprimorarem a vida de seus usuários, há fatores negativos principalmente ligados à facilidade de acesso a sites ou blogs que introduz de forma desenfreada crianças e adolescentes a diversos tipos de conteúdo, sendo destinados, na verdade, ao público adulto. Doravante, é também por meio da internet que diversas temáticas presentes na sociedade estão ganhando espaços para debates e (des)construções.

Questões como racismo, feminismo, machismo, intolerância aos lgbtqiap+ estão sendo discutidos por professores, pesquisadores, youtubers e influenciadores digitais em diversas plataformas virtuais – que ganharam ainda mais adesão devido ao período de quarentena, causado pela pandemia da COVID-19. Mas, em contrapartida, na escola as discussões dessas realidades na sala de aula estão muito aquém do esperado, insistindo na manutenção de assuntos ditados, via de regra, pelo livro didático e que não dialogam com o universo estudantil.

Deve-se imaginar os inúmeros fatores que contribui para estes silenciamentos, sendo como principais a falta de formação do professor, o medo de falar sobre essas temáticas na sala de aula e a valorização e imposição das instituições de poder ao comportamento cisheteronormativo. Considerando tais problemáticas, este projeto se propõe a estudar como são fomentadas as discussões acerca de gênero na Educação Infantil de Vitória da Conquista/Bahia.

Quando pequena, sempre lançava um olhar diferente para os meninos. Eu não sabia o que era aquilo; era um sentimento muito bom. Era um sentimento de carinho, afeto, de cuidar e ser cuidado. O engraçado é que sentia o mesmo carinho pelas meninas, mas de uma forma um pouco diferente. Sempre senti orgulho de as verem sendo donas de si, do seu corpo, podendo ocupar os espaços que quisessem ocupar. Essa paixão ao que é dito “feminino” sempre esteve em mim e isso me trouxe muitas coisas boas, mas muitos desafios também. Nessa época, ainda me reconhecia como homem gay, cisgênero, afeminado.

Por ser afeminado, sofri muita rejeição dos meninos – que hoje popularmente se denomina “bullyng”, principalmente nos espaços escolares. Eu nunca conseguia compreender o porquê dessa rejeição, já que me vestia como eles, utilizava o mesmo banheiro, se comportava de acordo com que a sociedade ditava como “ser homem”. Tendo um olhar de hoje para o passado, consigo perceber que o que me intrigava eram os papéis sociais de gênero colocado àqueles corpos/corpos que estavam naquele espaço; ou seja, eu era um menino até então cisgênero, que se vestia como menino, mas que a personalidade, trejeitos eram completamente femininos. Isso os incomodava porque, além de não ser visto como “natural”, de alguma forma, havia o rompimento do comportamento heteronormativo tão cobrado pela sociedade.

Se a escola é uma instituição social ela está, obviamente, envolvida com as formas culturais e sociais de vivermos e constituirmos nossas identidades de gênero e nossas identidades sociais (LOURO, 1988, p. 88). Portanto, fazem-se necessários estudos mais aprofundados e dinâmicos para que se investigue e analise quais os motivos que corroboram para que a instituição social escola ainda esteja estática frente às diversidades sociais e culturais existentes no ambiente escolar, uma vez que a sala de aula é formada através dessas diversidades.

Ao realizar o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) na Escola Municipal Fernando Spínola Neto, de setembro de 2018 a janeiro de 2019, orientado pela professora Kátia Matos percebi o quanto se faz necessário e emergente as discussões de gênero e sexualidade na sala de aula, sendo temas ainda tabus no contexto escolar. O meu maior medo – diferentemente dos demais colegas – não foi de trabalhar os conteúdos, mas de sofrer LGBT+fobia na sala de aula, pois não sabia qual seria minha reação ou o que deveria fazer nessa situação. Foi um ano e quatro meses de muitas batalhas e aprendizados. Fui muito bem recebida e acolhida e, sem dúvidas, nunca me esquecerei disso.

Nessa escola, percebi que discussões (principalmente ligadas à sexualidade) foram totalmente invisibilizadas, seja pela falta de formação dos professores, falta de necessidade de dialogar sobre os temas, ou o simples medo de falar. Com isso, os alunos saíam propagando os velhos estereótipos e preconceitos que estão na sociedade.

O título do projeto advém de uma fala proferida pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, em janeiro

de 2019, ao iniciar suas atividades enquanto ministra do governo Jair Messias Bolsonaro. No seu discurso de posse, a também advogada, profere a seguinte frase: “É uma nova era no Brasil. Meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. A fala da ministra, que estava sendo gravada em vídeo, repercutiu de maneira negativa em diversas esferas da sociedade. Após a polêmica, a Ministra Damares disse que “crianças poderiam usar as cores que quisessem e que só fez uma metáfora e que foi mal interpretada”.

A fala da ministra Damares Alves abre o debate de como o modo conservador de se comportar tão esperado na sociedade é imposto às crianças, uma vez que estas precisam seguir determinados comportamentos para que possam ocupar os espaços na sociedade civil. Através das observações que fiz em escolas enquanto cursava a graduação em Letras, e com as minhas experiências na trajetória escolar, percebi que a escola ainda não promove um amplo espaço para discussões sobre questões de gênero e sexualidade e, quando se faz discussão, é sempre nos moldes patriarcais, cisheteronormativos e biológicos.

Como pessoa cuja identidade foge da caixinha do binário de gênero, através de experiências pessoais, percebi a necessidade de se estudar estes temas atrelados às crianças, pois é um público que faz muitos questionamentos que não são levados em consideração. Várias crianças já me perguntaram se eu sou menina, e eu comecei a responder que “eu sou o que elas veem”. Se as crianças fazem este tipo de pergunta a um corpo que rompe padrões, é sinal que conseguem compreender, ainda que não de forma profunda, as imposições que são colocadas aos corpos (menino/menina; masculino/feminino; macho/fêmea). Sonia Kramer em seu artigo intitulado “As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental”:

O questionamento e a busca de alternativas críticas têm significado, de um lado, o fortalecimento de uma visão das crianças como criadoras de cultura e produzidas na cultura; e de outro, tem subsidiado a concretização de tendências para a educação infantil que procuram valorizar o saber que as crianças trazem do seu meio sociocultural de origem. (KRAMER, 2006, p.800)

A Sociologia da Infância é uma perspectiva que busca estudar como as infâncias se constituem, tendo como objetos de estudos as

crianças – que são vistas como atores sociais nesta perspectiva – e a infância como categoria social, que é socialmente construída; é a partir desses entendimentos que as crianças são consideradas autônomas em seus pensamentos e construções enquanto sujeitos da sociedade. Dentre alguns estudiosos que se destacam, estão William Arnold Corsaro, Jens Qvortrup e Philippe Ariès.

Kramer (2006) consoante à perspectiva da Sociologia da Infância cita que se analisar várias questões em torno do público como o núcleo familiar, políticas públicas de educação e a formação dos professores:

No plano da produção do conhecimento sobre educação infantil, além das questões mencionadas, são necessários estudos sobre: a institucionalização da infância e suas conseqüências; concepções teóricas da infância (é preciso consolidar as contribuições da sociologia da infância, da antropologia e os estudos culturais sobre as crianças e as culturas infantis); especificidades da creche e do trabalho com bebês – área em que a pesquisa é urgente quanto às políticas, às práticas em creches e às ações das famílias. Gravidez precoce, abandono, violência, populações de rua e as relações entre creches, escolas e conselhos tutelares são também aspectos que merecem atenção e articulação com outras áreas do conhecimento e da intervenção educacional. Este cenário político apresenta na formação de professores um dos mais importantes desafios para a atuação das políticas educacionais. A progressiva democratização da educação infantil e do ensino fundamental gerou – como política – a inclusão recente das crianças de 6 anos na escolaridade obrigatória. Formar professores para lidar com crianças pequenas é uma tarefa nova na história da escola brasileira e, para muitos, desconhecida e até mesmo menos nobre; ter crianças com menos de 7 anos na escola parece surpreender ou impactar gestores e pesquisadores. (KRAMER, 2006, p.804)

As crianças são sujeitos que possuem senso crítico do mundo que elas veem, pois estas problematizam tudo que está ao seu redor, e engana-se quem pensa que estes sujeitos dependem exclusivamente dos adultos para compreensão dos seus cotidianos. Kramer (2006) se preocupa em como estes sujeitos serão ensinados nos espaços escolares:

Como ensinar solidariedade e justiça social, respeitar as diferenças e atuar contra a discriminação e a dominação? Estão nossas crianças e jovens aprendendo a rir da dor do outro, a humilhar, a serem humilhadas, a não mais se sensibilizar? Perdemos o diálogo? Como recuperá-lo? As práticas, desenvolvidas com as crianças, humanizam-nas? Nosso maior desafio é obter entendimento e uma educação baseada no reconhecimento do outro e de suas diferenças de cultura, etnia, religião, gênero, classe social, idade e combater a desigualdade; viver uma ética e implementar uma formação cultural que assegure sua dimensão de experiência crítica. É preciso compreender os processos relativos aos modos de interação entre crianças e adultos em diferentes contextos sociais, culturais e institucionais. (KRAMER, 2006, p.812)

O conservadorismo é tão presente na sala de aula que se tornou natural, apesar dos inúmeros debates sobre identidades de gênero e sexualidades no contexto escolar. Além disso, há um direcionamento por parte da sociedade para que não se promova tais debates na escola, dando como justificativa o incentivo à relação sexual precoce – o que é um pensamento equivocados. Assim, a autora Djamila Ribeiro em Lugar de Fala reflete que

Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, “mimimi” ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva, porque aí se está confrontando poder. (RIBEIRO, 2019, p.79)

Mayana Rocha Soares em seu artigo Performatividade de gênero em âmbito escolar ou o veado e a sapatona discute sobre como as performances de gênero que não se adequam ao s(c)istema heteronormativo sofrem para ser acolhidos no ambiente escolar. Utilizando umas das principais estudiosas de gênero e sexualidade na contemporaneidade, Judith Butler, a autora indaga que do ponto de vista social, os saberes regulatórios são (re)produzidos por estruturas de poder, a saber, instituições disciplinares, cuja função primordial será vigiar com maior eficácia para poder melhor dominar e controlar. (SOARES, 2012, p.5)

Ou seja, tanto crianças que tenham nascido com pênis (designados meninos ao nascimento), quanto crianças que tenham nascido

com vulva (designadas meninas ao nascimento), necessitam performar tudo aquilo que é imposto pelo sistema binário para que estas sejam incluídas e acolhidas naquele ambiente; se alguma criança “falha” neste processo, logo, ela será excluída e segregada.

As autoras Genoveva Sastre e Teresa Fernandes (1993), psicólogas, discutem sobre a chamada escola “mista”.

a diversidade social gera uma pluralidade de caminhos construtivos, que só podem ser compreendidos a partir de uma abordagem teórica que parta da complexa unidade entre os diferentes aspectos da conduta individual (pensamentos, sentimentos e desejos), e entre os distintos níveis de amplitude relacional que permitem passar do indivíduo para as relações interindividuais e para as configurações macrosociais que lhes atribuem significado. (SASTRE, FERNÁNDES, 1993, p.169).

Para Louro (1997) as desconstruções em torno dessa oposição binária trazem consequências significativas para que outros modos de masculinidades e feminilidades que constituem o social também sejam incluídos e respeitados. Mas, não somente estas, mas tudo aquilo que não se quer ser colocado na caixinha binária do masculino e feminino. Afinal, chamando para a discussão a filósofa Simone de Beauvoir, esta cita que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

Segundo Deborah Britzman (1998, p.160)

Como a cultura e a política, a sexualidade é o local imaginativo ao qual discursos sociais mais amplos se vinculam. Mas cultura, política e sexualidade são também espaços nos quais o significado pode ser rompido, o interesse pode ser perdido, idéias podem condenar e a conformidade pode desencorajar. Tal como a cultura e a política, a sexualidade seja “um ato pelo qual cada indivíduo marca o que os outros [e o eu] fornecem para as necessidades e para o pensamento”.

Esta proposta de trabalho se propõe a analisar como são fomentadas as discussões acerca de gênero na Educação Infantil de Vitória da Conquista/Bahia, visto que estas discussões ainda não são feitas de modo a considerar toda a pluralidade de identidades que se tem na sociedade, corroborando para que crianças, adolescentes e jovens

propagam estereótipos e preconceitos já tão intrínsecos na sociedade. A proposta foi submetida ao processo seletivo 2020, do Programa de Pós-graduação em Ensino/ PPGEN, da Universidade estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, onde fiquei em sétimo lugar como suplente.

Os objetivos a serem alcançados serão respectivamente: I) Investigar como os papéis sociais de gênero são constituídos pelas crianças na sala de aula; II) verificar como os professores, pais e/ou responsáveis construíram as concepções de gênero através do tempo por meio de questionário, entrevistas; III) observar se o(s) docente(s) aborda(m) o tema em sala de aula e de qual forma; IV) descrever as diversas reações dos alunos após as atividades desenvolvidas pelo pesquisador. Portanto, espera-se confirmar que visões de mundo das principais referências das crianças (pais/responsáveis e professores) impactam nas concepções que as crianças irão construir acerca do mundo onde vivem, dando possibilidade para que tenham senso crítico no seu cotidiano ou que sejam meros reprodutores de discursos baseados em comportamentos conservadores.

## Metodologia

Apesar de não ter recebido aprovação no processo seletivo do Programa de pós-graduação em Ensino/PPGen, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, tendo classificação em sétimo lugar como suplente, esta pesquisa será realizada e colocada em prática, pois se faz urgente estas discussões sobre os corpos/corpas que atuam no espaço escolar. Além disso, como a pesquisadora buscará analisar e observar as interações das crianças na sala de aula que será investigada, aliadando uma abordagem de pesquisa de cunho etnográfico, a pesquisa se realizará em momento posterior, levando-se em consideração o impedimento das aulas presenciais, em decorrência da pandemia da COVID-19.

## Considerações finais

Espera-se que este trabalho possa fomentar futuramente diversos estudos sobre as temáticas que envolvam gênero e sexualidade na sala de aula, visto que no espaço escolar há uma gama de identidades que são marginalizadas, excluídas e segregadas por fugir às normas hegemônicas que o sistema cisheteronormativo impõe aos corpos.



Os públicos que são marginalizados (negros, lgbtqi+, por exemplo) lutam a cada dia para ganharem seus espaços no mercado de trabalho, nas universidades, na busca pela tão sonhada liberdade e, no mais importante, que todas as pessoas que fogem desse padrão são como todas as outras, ou seja, possui os mesmos direitos e deveres e a sociedade em geral necessita fazer uma auto-reflexão para que se “quebre” esses preconceitos impostos pelo heteronormativismo e ideologias, principalmente religiosas, possibilitando que todos possam conviver com respeito e diálogo, tendo os mesmos direitos e deveres.

Como já colocado, é necessário que haja mais estudos sobre a temática para que a escola comece desde já a pensar de forma mais livre, se desvincilhando dos parâmetros tradicionais de comportamento e/ou família e possibilitar um acolhimento a todos que fazem parte desta.

## Referências

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação e Sociologia**. Campinas, v.27, n°96. 2006. p.797-818. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a09v2796>. Acesso em 04 Abril 2021.

LOURO. Guacira. Sexualidade: lições na escola. In: MEYER, E.E.D. (Org.). **Saúde e Sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 2000, cap.6, p. 85-96.

\_\_\_\_\_. **Gênero, Sexualidade e Educação**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Teodósio Marion (Org.). **Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões na formação docente**. Recife: Editora Universitária, 2009.

SOARES, Rocha Mayana. **Performatividade de gênero em âmbito escolar ou o veadinho e a sapatona**. In: ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA – EBE CULT, 3., 2012, Cachoeiras. Anais... Cachoeira: UFRB, 2012.